

RECONCEITUANDO O POPULISMO: CONSTRUINDO UM CONCEITO MULTIFACETADO MAIS ESTRITO

RE-CONCEPTUALIZING POPULISM: BRINGING A MULTIFACETED CONCEPT WITHIN STRICTER BORDERS

DAVIDE VITTORI¹

TRADUÇÃO: ADISSON LEAL²

RESUMO

A palavra populismo tem sido associada a significados (muito) diferentes nos últimos anos. O rótulo *populista* ainda é usado para descrever partidos, líderes, movimentos, atitudes e, também, regimes políticos. Além disso, o adjetivo *populista* é usado de modo normativo no debate público para denegrir aqueles movimentos ou partidos que contrastam com visões dominantes. O presente artigo tem dois propósitos: por um lado, conduzir uma análise não normativa para evitar uma visão tendenciosa do conceito; por outro, defender a compreensão do populismo como uma ideologia rasa, baseada em duas características necessárias, a saber: (a) uma mentalidade antielite(s) e (b) a crítica à política representativa.

Palavras-chave: Populismo; Política comparada; Análise conceitual; Ideologia rasa.

ABSTRACT

The word populism has been associated to (very) different meanings in the last years. The *populist* label is still used to describe parties, leaders, movements, attitudes and political regimes, too. Moreover, the adjective *populist* is used in a normative fashion in the public debate to denigrate those movements or parties which contrast the mainstream views. The aim of this paper is twofold: on the one hand, I conduct a non-normative analysis to avoid a biased vision of the concept. On the other hand, I advocate the understanding of populism as a thin-centered ideology, according to which it is based on two necessary features, namely, (a) an antielite(s) mindset and (b) the criticism of representative politics.

Keywords: Populism; Comparative politics; Concept analysis; Thin-centered ideology.

1. Introdução

O sucesso tanto de partidos de oposição quanto de partidos de extrema direita no Oeste e no Leste Europeu despertou a atenção de acadêmicos, da imprensa e de grupos

¹ Doutorando na Universidade LUISS. Desenvolve pesquisa principalmente sobre partidos políticos, movimentos partidários e organização partidária e populismo.

² Assessor-chefe da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral, mestre em Direito Constitucional, doutorando em Direito Civil pela Universidade de Lisboa e pesquisador visitante da Ludwig-Maximilians-Universität München (Alemanha).

de reflexão para o fenômeno do populismo. Até o momento, a crescente literatura acadêmica sobre populismo percorreu desde a ideologia e a organização de partidos populistas (entre outros, BETZ e JOHNSON, 2004; MUDDE, 2007; STANLEY, 2008) até as atitudes do eleitorado (KROUWEL and Abts, 2007; AKKERMAN *et al.* 2013). Também tratou de política externa (SCHORI-LIANG, 2007; VEERBEK *et al.*, 2014), da participação de partidos populistas em governos de coalizão (AKKERMAN, 2012; AKKERMAN e DE LANGE, 2012; MINKENBERG, 2001; HEINISCH, 2003; FELLA y RUZZA, 2007) e de sua relação com a democracia (ARDITI, 2004; MENY e SUREL, 2000; CANOVAN, 2002; URBINATI, 2013).

Logo depois das eleições europeias, o presidente do Parlamento Europeu, Martin Schultz (2015), definiu o populismo como uma ameaça à estabilidade de toda a União Europeia. Em suma, populistas foram acusados de simplificar demais a complexa realidade da crise econômica e de fazer campanha por reformas destrutivas para a Europa.

Assim, o populismo foi conscientemente transformado em um termo abrangente, destinado a denegrir ou, pelo menos, criticar os movimentos ou partidos que contrastem com as opiniões dominantes. Por outro lado, a abordagem que equipara o populismo a um perigo para a democracia implica julgamento inerentemente negativo do populismo. A esse respeito, Müller (2016) o define como uma forma degradada de democracia. Contudo, a normatividade de uma tal abordagem lida com esse fenômeno de forma enganosa (MASTROPAOLO, 2005), porque implica uma teleologia contestável – a preeminência de valores liberais sobre outras formas de participação. Além disso, a generalização da crítica ao populismo tem levado confundi-lo com outras orientações políticas, tais como o radicalismo, ou melhor, com uma visão excludente contra as minorias. Em uma perspectiva diferente, a palavra populismo tem sido associada a uma determinada *família partidária*: os partidos de extrema direita. Na Europa, uma identificação inicial com essa família partidária promoveu uma tendência de identificação automática do populismo como um fenômeno perigoso para a democracia.

O rótulo *populismo* também é usado para descrever líderes confusos e carismáticos: Berlusconi (TAGUIEFF, 1995), Haider (BETZ, 1994; 2001), Le Pen (SHIELDS, 2007), Grillo (MOSCA, 2014; TRONCONI, 2015) ou Farage (KELSEY, 2015; ABEDI e LUNDBERG, 2009), entre outros, foram retratados como líderes populistas em busca de uma relação sem intermediários com o eleitorado. Não há nada de novo nessa predisposição: desde o crescimento do *caudillismo* na América Latina, a

liderança passou a ser considerada uma condição *sine qua non* para o populismo. De modo análogo para os partidos políticos, a terminologia *liderança populista* é frequentemente adotada com *significado* extremamente negativo, em contraste com lideranças moderadas e *responsáveis*.

O presente artigo presta-se a dois objetivos: com apoio na literatura da formação dos conceitos, o populismo será definido de modo não normativo, de modo a evitar uma distorção tendenciosa desse conceito; segundo, será proposta uma definição mínima baseada em dois atributos necessários (antielitismo e crítica à política representativa), buscando equilibrar a profundidade e a amplitude do conceito. Reconhecidamente, uma forma pura de populismo é mais teórica do que real: do mesmo modo que líderes, movimentos e partidos social-democratas, conservadores e liberais podem compartilhar algumas inclinações ideológicas e divergir quanto a outras, também o populismo pode ter visões contrastantes acerca de diversas questões políticas. Entretanto, sob uma perspectiva teórica, é crucial identificar uma definição mínima que possa embasar estudos comparativos consistentes, mesmo que o populismo possa ser considerado um “objeto” mais camaleônico do que outros fenômenos políticos (TAGGART, 2000, p. 2).

A estrutura do artigo é a seguinte: a primeira parte dedica-se a teorias de análise conceitual. Subsequentemente, serão revisadas as diferentes abordagens do populismo na literatura. Nas últimas décadas, diversas contribuições têm ajudado a desembaraçar a indefinição do fenômeno populista. Essas tentativas foram divididas em cinco abordagens principais. Apesar de as definições selecionadas não poderem ser analisadas unicamente pela categoria a que pertencem, já que todas têm características distintas que podem ser associadas a outras abordagens, esse método deve trazer clareza para os argumentos aqui desenvolvidos. Finalmente, o populismo será definido como uma ideologia rasa cujo núcleo é representado por: (a) mentalidade antielite vs. mentalidade do *povo*; e (b) crítica à política representativa.

2. Base para a análise conceitual

Apesar das diversas e frutuosas tentativas de definir os principais conceitos da ciência política, a literatura da formação dos conceitos é bastante subdesenvolvida: encontrar definições adequadas para democracia, bem-estar ou conflito ainda gera controvérsias entre cientistas políticos, mesmo quando um consenso acerca da sua operacionalização possa ser encontrado na literatura (GOERTZ, 2006; GERRING,

2012). O populismo não é exceção a essa tendência. Ademais, a palavra populismo tem sido utilizada por ampla gama de acadêmicos com contextos e interesses díspares: filosofia política, sociologia, ciência política etc. Todas essas áreas têm focos e premissas ontológicas diferentes, o que pode conduzir a definições contrastantes. Ao oferecer uma visão panorâmica compreensível – apesar de não exaustiva – das diferentes abordagens, meu foco está no conceito de populismo na ciência política. Uma das mais bem sucedidas definições mínimas foi fornecida por Mudde (2004; 2007; 2010; 2013), cuja obra é, hoje, ponto de referência para boa parte da literatura sobre o tema. Partindo dela, busco reconceituá-lo numa tentativa de desenvolver uma definição mínima mais útil.

Gerring (2012) identifica quatro fases no processo de reconstrução conceitual: (a) o termo; (b) os atributos que definem o fenômeno; (c) os indicadores que ajudam a alocar o conceito no espaço empírico; e (d) o próprio fenômeno a ser definido. Goertz (2006), por outro lado, propõe três níveis de análise: o nível básico, o nível secundário e o nível de indicador/dado. Apesar das suas diferenças, Gerring e Goertz concordam ao constatar dois aspectos cruciais da análise conceitual: a terminologia e o delineamento dos atributos relacionados ao conceito. Na visão de Sartori (2009), dar uma referência a um termo demanda a reconstrução do significado do conceito, porque o significado é a intermediação entre o “mundo exterior”, isto é, os “objetos”, e a sequência de morfemas que formam o termo (ou o “significante”). Nas palavras de Gerring, “conceitos visam identificar as semelhanças, agrupando-as, e contrastando-as com as diferenças”. Maças são maçãs, e laranjas são laranjas” (2012, p. 125).

Com vistas a estabelecer a referência a ser adotada para cada *objeto*, o primeiro passo é coletar um conjunto de definições representativas; em seguida, o pesquisador deve inquirir acerca das características básicas do *objeto*; terceiro, deve organizá-los, separando propriedades observáveis de propriedades menos observáveis, assim como propriedades adicionais, que correspondem à exata essência de um conceito. Seguindo Goertz, uma vez identificado o nível básico do conceito, isto é, a sua referência, o próximo passo é o reconhecimento do nível secundário, que compreende as dimensões constitutivas dos conceitos.

Na medida em que o objetivo deste artigo é propor um conceito mínimo de populismo – ou, na terminologia de Sartori, uma definição denotativa –, os parágrafos seguintes desembaraçam justamente o que foi referido como nível secundário. A propósito, uma definição mínima deve conter as propriedades distintivas do populismo,

deixando de lado as propriedades adicionais: o compromisso conceitual está entre a profundidade e a amplitude do conceito. A definição deve equilibrar a chamada escala de compromisso de generalidade: por um lado, se um número excessivo de características (restrição) for exigido para que um fenômeno político seja considerado *populista*, comparações serão quase impossíveis e tal definição não fará sentido para as ciências sociais. Por outro lado, é preciso evitar qualquer alargamento conceitual (extensão), incluindo-se tão somente as características que ajudam a discriminar o que o populismo *é* e o que *não é*. Evitar a ambiguidade, “classificando qualquer associação de qualquer *denotatum* [...] e definindo o ponto de corte *vis-à-vis* com institutos próximos”, é a essência deste trabalho (SARTORI, 2009, p. 112). Ademais, como destaca Goertz, a reconstrução de um conceito deve incluir um polo negativo: se um conceito mínimo estabelece o que o populismo *é*, deve também especificar o que *ele não é*. Do contrário, a análise conceitual tornar-se-ia indefinida e a definição mínima, inútil.

Seguindo Gerring, inicio a análise do populismo com base em um “exame semântico consciente”, que “começa com uma amostra representativa de definições formais e padrões de uso para um determinado termo, conforme se depreende de áreas científicas importantes” (2012, p. 132-134). O passo seguinte será a classificação de atributos, operação necessária para reduzir a amplitude de significados implicados por um termo. Apesar de a literatura acerca do tema ser vasta, a identificação dos atributos mais frequentes, estabelecidos por pesquisadores, permite reduzir a “profusão conceitual até mesmo do mais complexo conceito a tabela de atributos relativamente parcimoniosa” (GERRING, 2012, p. 134).

2.1. Exame semântico do fenômeno populista

Desde a primeira análise relevante da questão, a literatura acadêmica tem encarado dois principais problemas quanto à palavra populismo: a sua ambiguidade e as diferentes manifestações geográficas e diacrônicas, o que encoraja o seu alargamento conceitual. Diversas definições foram dadas devido à impalpabilidade do termo e às diferentes manifestações desse fenômeno no tempo e no espaço (TAGGART, 1995; 2000; 2004).

Em um dos primeiros estudos abrangentes sobre o populismo, Margaret Canovan (1981) identificou sete subcategorias, das quais quatro contém o rótulo *populismo*: (1) radicalismo rural, (2) movimentos camponeses, (3) socialismo agrário

intelectual, (4) ditadura populista, (5) democracia populista, (6) populismo reacionário e (7) populismo político. Em seu trabalho seminal sobre o assunto, Gino Germani (1978) referiu-se a algumas fórmulas híbridas que apareceram na América Latina nos anos 1960 e 1970, pertencendo a uma categoria específica intitulada *populismo nacional*. Essas categorias incluem ideologias, movimentos e *qualidades* de um regime político: desse ponto de vista, o populismo é considerado uma qualificação atribuída a diferentes fenômenos políticos e, por essa razão, diversos atributos adicionais foram atrelados a ele.

Ao tratar de um fenômeno tão amorfo, é preciso endereçar duas perguntas principais: primeiramente, como categorizar o populismo? E, em seguida, como definir limites para a definição?

Quanto ao primeiro problema, em seu trabalho seminal sobre populismo, Ionescu e Gellner concluíram que era difícil definir esse termo: “como uma doutrina ou um movimento, é elusivo e inconstante. Ocorre em toda parte, mas em formas diversas e contraditórias” (1969, p. 4). O fato de o populismo ser essencialmente considerado como um fenômeno dependente de contexto e camaleônico (TAGGART, 2000) impulsionou a sua vagueza. Na introdução do seu livro, Ionescu e Gellner identificaram que o culto ao povo é sua principal característica ; nenhuma outra definição é dada.

Quanto ao problema dos limites, Wiles (1969) detectou 24 atributos do populismo: as características vão desde “não ser revolucionário e opor-se à luta de classes até a adoção de pequenas cooperativas como um tipo econômico ideal, e ser religioso, porém, oposto ao sistema religioso” (LACLAU, 2005a, p. 9). Por questão de clareza, o restante do tópico será dividido em cinco macroáreas, de acordo com as abordagens seguidas pela literatura na definição desse termo.

2.2.1. Populismo como não-liberalismo político

A mais recente tentativa de empreender uma definição mínima de populismo foi feita por Pappas (2015; 2016), que foca na insuficiência de definições anteriores acerca do desenvolvimento de uma interpretação mínima do *populismo moderno*, ou seja, “as ocorrências desse fenômeno em democracias pós segunda guerra mundial ao redor do mundo, as quais são qualitativamente diferentes de populismos em configurações políticas *pré-democráticas* ou *nãodemocráticas*” (PAPPAS, 2015, p. 4, grifos do autor). Recordando a definição de “democracias não liberais” de Zakaria (1997) e tentando

evitar as dez armadilhas metodológicas (juntamente com o alargamento conceitual, o polo negativo da falta de clareza e a indeterminação normativa), Pappas define populismo como “não liberalismo democrático” (2015, p.10).

Na essência, o populismo em poliarquias é intercambiável com uma ideologia não liberal. De modo similar, para Urbinati, “é uma contestação radical da política parlamentar e, assim, uma alternativa à democracia representativa” (2014, p. 128). Nesse sentido, o populismo é *parasitário* na democracia representativa, na medida em que “não é externo a ela e compete, *sim*, com ela quanto ao significado e o uso da representação ou quanto ao modo de detectar, afirmar e gerir a vontade do povo” (URBINATI, 2014, p. 135, grifo do autor).

A principal força dessa abordagem é especificar o universo empírico do populismo, nomeadamente a crítica à representação política tal como concebida em poliarquias. Ademais, permite uma operacionalização do termo baseada nos valores liberais incorporados por partidos, movimentos e líderes. Por meio da análise do discurso ou da criação de políticas públicas, seria possível estabelecer o grau de liberalismo da unidade de análise e “usar escalas ordinais para indicar o ranking dos fenômenos populistas” (PAPPAS, 2015, p. 16).

A definição mínima proposta por Pappas, no entanto, precisa ser cuidadosamente avaliada, especialmente em relação às armadilhas metodológicas que o próprio autor encontra em outra definição. Em particular, a ampliação conceitual dessa definição leva a um efeito paradoxal, que faz com que todo partido não liberal seja considerado populista. Todos os partidos de esquerda radical, sejam eles comunistas, sejam pós-comunistas, e também os de direita radical devem ser abrangidos por essa categoria, enquanto outros partidos autointitulados liberais ou de centro, identificados por parte da literatura como *populistas*, não o seriam (*Forza Italia*, na Itália, por exemplo – cfr. TAGUIEFF, 1995; ZASLOVE, 2008). Se tudo que estiver fora dos tradicionais partidos liberais for *populista*, o rótulo perde sua relevância. Apesar de a definição como *não liberalismo político* distinguir um claro polo negativo, a natureza do polo negativo é ampla e contraditória em demasia. Por um lado, não fica claro quando o *liberal democrático* começa (ou termina) em um partido ou movimento; por outro, o liberalismo como ideologia *nuclear* já tem os seus opositores, tais como o comunismo, o fascismo e assim por diante. É bastante discutível se todas essas ideologias nucleares podem ser consideradas *populistas* em razão da sua orientação não liberal.

Ademais, a que tipo de liberalismo se opõem esses partidos alegadamente populistas? De acordo com Pappas, o não liberalismo é constituído por uma característica principal (i. e.), a ideia de que a soberania política pertence ao povo, e por quatro subcategorias que são “fundamentalmente contrárias ao liberalismo político contemporâneo”: a intenção de criar uma maioria política; a natureza *over-soul* do povo; a percepção da bipolarização do mundo e a crença na titularidade do direito moral (2015, p. 22). No entanto, não fica claro em que medida tais atributos são contrárias ao liberalismo.

2.2.2. Populismo como instrumento de mobilização política

Jansen define populismo como “todo projeto político contínuo de larga escala que mobiliza, normalmente, setores sociais marginalizados para uma ação política publicamente visível e contenciosa, articulando uma retórica nacionalista antielite que valoriza as pessoas comuns” (2011, p. 82). No mesmo sentido, Di Tella (1965, p. 47) o descreve como um

movimento político que goza do apoio da massa de trabalhadores urbanos e/ou rurais, mas que não resulta do poder organizacional autônomo de nenhum desses setores. Também é apoiado por setores não operários, defendendo uma ideologia contrária ao *statu quo*.

Ambas as definições têm uma premissa intrigante: o populismo ocorre quando pelo menos uma parte da comunidade se mobiliza por meio de ações políticas, sejam elas em nível partidário, seja como *massa* de apoio para projeto político. De acordo com os autores, o populismo é mais do que uma atitude vaga do eleitor/cidadão individual. No entanto, outros projetos políticos de larga escala cujo objetivo é a emancipação de setores marginalizados da sociedade compartilharam os instrumentos de mobilização política – com maior ou menor sucesso e com diferentes objetivos políticos (e.g. socialismo em suas diversas formas ou movimentos protofascistas). A última abordagem é baseada na análise de Di Tella acerca do populismo latino-americano em países autocráticos e na explicação da mobilização política como apoio a líderes políticos (*caudillos*). As dificuldades de se aplicar essa definição em outros contextos geopolíticos estão relacionadas à evolução das forças laborais e à mutação do *loci* do poder organizacional. Por um lado, as dicotomias *classe operária/não operária* e *classe operária/rural* são bem menos relevantes para descrever a ideia de mobilização

política, especialmente no que concerne a valores pós-materialistas (INGELHART, 1977). Por outro, classes operárias ou rurais, se ainda são relevantes como categorias políticas, perderam parte de seu poder organizacional, especialmente num ambiente altamente institucionalizado, como a Europa Oriental (ou a América do Norte). Também não é correto argumentar que a ideologia contrária ao *statu quo* é sustentada apenas pela classe não operária. Na verdade, o estudo do eleitorado de diferentes partidos considerados *populistas* enfatiza uma perspectiva divergente, segundo a qual partidos populistas recebem apoio principalmente do trabalhador de colarinho azul, mas também de autônomos e artesãos (cfr. Betz e Immerfall, 1998).

A tentativa de Jansen de descrever o populismo como uma ferramenta de mobilização é mais ampla do que a de Di Tella. Aqui, o argumento está focado na organização de setores sociais marginalizados envolvidos e no uso de uma retórica nacionalista (cfr. seção 4).

Se a diferenciação entre o populismo e o não populismo é baseada na mobilização do setor marginal, então movimentos antitributação com apoiadores abastados ou partidos contra o *statu quo* com um eleitorado diversificado (trabalhadores de colarinho azul e branco) estariam excluídos da definição de populismo. Deixando, por um momento, o problema da retórica nacionalista de lado, o conceito de marginalização tende a subestimar a possibilidade de partidos “burgueses”, “liberais” ou dominantes contra o *statu quo*, que presumivelmente falam, também, para cidadãos já envolvidos na vida política.

Ademais, de acordo com Jansen, movimentos populistas são projetos políticos de massa ou de larga escala; no entanto, tal suposição pressupõe que partidos de micro escala ou não institucionalizados devam ser considerados não populistas. É desnecessário dizer que alguns partidos políticos que são atualmente definidos como *populistas* tiveram início como movimentos antissistema/antielite, que ganharam projeção nacional apenas nas intenções (*FPO* e *Northern League*, mas também os partidos progressistas na Noruega ou o *National Front* na França, entre outros). No que diz respeito ao sucesso eleitoral, é evidente que o *populismo* não pode ser definido pela parcela de votos que um partido ou um movimento obtém nas eleições.

2.2.3. Populismo como movimento liderado

A terceira abordagem sobre o populismo é baseada na centralidade da liderança e no relacionamento sem intermediários com o *povo*. Roberts, por exemplo, afirma que o populismo representa uma “mobilização política de círculos de massa por líderes personalistas que desafiam elites estabelecidas” (2006, p. 127), ao passo que, conforme Weyland (2001, p. 14),

[...] o populismo é uma “estratégia política por meio da qual um líder personalista busca ou exerce o poder governamental baseado no apoio direto, não intermediado, não institucionalizado, de um grande número de seguidores, normalmente não organizados”.

E, de acordo com Urbinati (2014, p. 131),

[...] enquanto a interpretação epistêmica de democracia é acéfala, o populismo mal poderá existir sem uma política de personalidade; enquanto aquela visa apagar a ideologia e todas as formas de sedimentação de opiniões, esta vive de uma forte retórica ideológica.

Quanto à escala do projeto, já foi destacado que círculos de massa não são pré-requisito para o populismo. A característica mais relevante das definições acima reside em seu foco no líder como convocador de atitudes populistas. Como explicam Mudde e Kaltwasser, “parece existir uma afinidade eletiva entre o populismo e um líder forte. No entanto, o primeiro pode existir sem o segundo” (2014, p. 383). A diversidade na organização interna de partidos populistas europeus não pode levar à equação entre partidos de liderança carismática e partidos populistas. Nesse caso, a sinonímia dos dois termos é equivocada. Urbinati (2014) propõe uma distinção entre todos os movimentos sem líderes – tais como o *Occupy*, nos Estados Unidos; o *Indignados*, na Espanha e o *Kínima Aganaktisménon-Politón*, na Grécia –, que são tidos como manifestações populares de insatisfação em relação a algum aspecto do mundo capitalista contemporâneo, e os movimentos liderados, por sua vez, considerados populistas por causa da presença de um líder. No entanto, os repertórios de controvérsias dos movimentos sem líderes incluem características populistas cruciais, tais como a mobilização política e a crítica à elite (cfr. seções 2 e 5).

Assim, a extensa seletividade de uma definição pela qual líderes são considerados essenciais permite a exclusão abertamente discriminatória de todos os movimentos sem líderes. O adjetivo *personalista* também é problemático: enquanto partidos latino-americanos e movimentos em contextos autocráticos demonstram alto grau de *personalismo*, já que os líderes vincularam seus destinos políticos às

organizações que fundaram (DE LA TORRE, 2010), em outros casos (europeus), líderes populistas emergiram do partido após relevantes lideranças carismáticas (Matteo Salvini, no *Northern League*, Marine Le Pen, no *National Front*, entre outros). Outros casos atípicos implicam empreendedores políticos com atitudes populistas, os quais foram substituídos de forma bem sucedida (em termos eleitorais) por outros líderes, depois de uma fase de transição (entre outros, o Partido Liberal da Áustria e o Partido Progressista, na Dinamarca). Reconhecidamente, outros partidos encararam consideráveis fracassos depois da queda da liderança (*L'Uomo Qualunque*, na Itália ou o *Pim Fortuyn List*, na Holanda), mas essa não é a regra: a institucionalização em qualquer partido político é causada por fatores internos e externos e a troca de liderança pode ser apenas um deles.

Apesar de líderes fortes poderem ser a “chave para mobilizar o povo e (re)fundar a organização política especializada em fomentar uma relação direta e não intermediada com o eleitorado” (MUDDE; KALTWASSER, 2014, p. 387), a liderança em si mesma não pode ser considerada característica definidora do fenômeno populista, a não ser que todos os movimentos sem liderança (tais como o *Occupy Wall Street*; o *Indignados*, na Espanha e na Grécia; e o *Popolo Viola*, na Itália) sejam tratados inicialmente como não populistas.

2.2.4. Populismo como instrumento comunicativo/discursivo

A análise do populismo como estilo comunicativo enfatiza a forma como membros proeminentes de uma comunidade política, dos secretários do partido aos líderes de opinião, usam a retórica antielite para ganhar apoio do público. Jagers e Walgrave consideram o populismo um estilo comunicativo por parte de atores políticos que se referem ao povo (2007, p. 322). Tais atores podem ser políticos ou partidos políticos, mas também líderes de movimentos, representantes de grupos de interesse e jornalistas.

Em alguma medida, essa é a definição que Canovan (1981; 1984) acredita ser mais convincente em seus primeiros trabalhos; em suas palavras, a única característica que os populistas têm em comum “é um estilo retórico que depende fortemente de apelos ao povo” (CANOVAN, 1984, p. 313). Uma importante implicação dessa definição é a sua anormalidade: quem quer que fale sobre o “povo” e para o “povo” em

geral deve ser reconhecido como populista, na medida em que, “ao se referir ao povo, um ator político declara que ele ou ela se importa com as preocupações do povo [...]”. O lema implícito do populismo é: ‘eu o ouço porque eu falo sobre você’” (JAGERS e WALGRAVE, 2007, p. 323). Ademais, outro mérito é a possibilidade de uma operacionalização direta da definição. Se o populismo é um estilo retórico, a análise do discurso baseado no apelo ao povo seria um sólido ponto de partida. No entanto, um problema central dessa definição é a grande amplitude do conceito. A mais adotada por Jagers e Walgrave implica que o populismo é apenas uma estratégia comunicativa que qualquer pessoa pode usar em qualquer momento simplesmente ao se referir ao *povo*. Não há na definição nenhuma referência à *qualidade* do discurso. Nessa perspectiva, a fala de Lincoln em *Gettysburg* – o governo do povo, pelo povo, para o povo – deve ser considerada a obra prima do populismo. Assim, a vagueza da definição torna obscuras as fronteiras do conceito. O apelo ao *povo* e todos os sinônimos relacionados a essa palavra não configuram *per se* um fenômeno populista.

Semelhantemente à definição de Jager e Walgrave, De la Torre vê o populismo como uma retórica que constrói a política como a luta moral e ética entre *el pueblo* e a oligarquia. O discurso populista transforma a política em luta por valores morais em que não se aceita acordo ou diálogo com o oponente (2010, p. 4). Aqui, o estilo político é mais do que mera referência ao povo (*pueblo*) e está focado na contraposição entre este e a(s) elite(s) (a oligarquia). A anterior indefinição do conceito de populismo está limitada a discurso de confronto. Não obstante, nessa definição, populistas são aqueles que se recusam a acordo com os oponentes dentro ou fora do sistema parlamentar; contudo, sob uma perspectiva europeia, há diversos exemplos de partidos *populistas* que participaram de governos de coalizão tanto como maioria quanto como partes menores (*Forza Italia* e *Northern League*, na Itália; Partido Progressista, na Noruega; Partido Liberal da Áustria; Aliança para o Futuro da Áustria; *Fidesz*, na Hungria; o *Lijst Pim Fortuyn*, na Holanda) ou aceitando o governo sem integrá-lo (O Partido pela Liberdade, na Holanda, e o Partido Popular Dinamarquês, na Dinamarca). Esses exemplos sugerem que populistas podem estar propensos a acordo quando as circunstâncias permitem que participem do governo. Mesmo aprimorando o poder discriminatório da definição anterior, excluir da análise aqueles partidos que participaram de um governo de coalizão poderia ser demasiado seletivo, tanto para o contexto europeu quanto para o latino-americano.

Outra definição, ligeiramente diferente, mas de alguma forma complementar à anterior, foi proposta por Ernesto Laclau (2005a) e Hawkins (2009). Nas palavras de Hawkins, o populismo é um “discurso maniqueísta porque atribui uma dimensão moral a tudo, não importa como, e a interpreta como parte de uma luta cósmica entre o bem e o mal” (2009, p. 1043). Usando um quadro *gramsciano* de análise, Laclau o define observando mais a prática discursiva do que seu conteúdo. O populismo começa quando o povo, com as mesmas demandas políticas, verte um significante vazio (instância política) contra uma prática hegemônica. É definido contra a lógica da administração, que divide demandas que o *populismo* une, conferindo um *significado* consistente a um *significante* vazio (ver também Panizza, 2005). Assim,

[...] se essa abordagem for correta, poderíamos dizer que um movimento não é populista porque em sua política ou ideologia apresentam-se conteúdos realmente identificáveis como populistas, mas porque demonstra uma lógica particular de articulação com tais conteúdos – o que quer que esses conteúdos sejam (LACLAU, 2005b, p. 33).

Do ponto de vista analítico, o quebra-cabeça está no modo de definir limites para o conceito. De fato, o populismo como conceito não ligado a conteúdo traz um problema de ambiguidade: atributos laterais e atributos não observáveis ou minimamente observáveis misturam-se com os atributos definidores nessa abordagem, deixando uma interpretação subjetiva do modo como a lógica de articulação está dissociada da prática discursiva. Seguindo Mudde e Kaltwasser (2012), sustenta-se que limitar a análise à interpretação maniqueísta da realidade amplia a definição para além dos seus limites teóricos, na medida em que isso pode ser aplicado a outras ideologias nucleares ou rasas que incorporam uma distinção binária entre o *nós* – ou seja, o povo, no caso do populismo, mas também a nação em visão nacionalista, ou o proletariado em ideologia comunista – e os *outros*, que são os oponentes do *grupo nós*.

2.2.5. Populismo como ideologia

O quinto grupo de definições considera o populismo como uma ideologia. De acordo com Jost, Christopher e Napier, uma ideologia

reflete tanto tentativas genuínas (e até mesmo altamente precisas) de compreender, interpretar e organizar informação sobre o mundo político, quanto tendências conscientes ou inconscientes de

racionalizar o modo de ser das coisas ou, alternativamente, o desejo de que sejam diferentes (JOST, John T; CHRISTOPHER M, Federico; NAPIER, Jaime L.;, 2009, p. 310).

Assim, ideologias “permitem que relevantes mundos políticos sejam construídos, bem como traduzem a multiplicidade de potenciais significados conceituais na singularidade de uma decisão política” (FREEDEN, 1998, p. 749). Como um conjunto de crenças mais ou menos estruturado, o populismo racionaliza o mundo político do seu próprio modo por meio de lentes antielite. Além disso, o *statu quo* antipolítico e o apelo a uma comunidade política homogênea são os pontos de partida dos quais os populistas propõem um mundo político diferente, no qual a(s) elite(s) poderosa(s) é (são) deposta(s) do principal posto de governo. Albertazzi e McDonnell, por exemplo, definem o populismo como “uma ideologia que coloca um povo virtuoso e homogêneo contra um conjunto de elites e de ‘outros’ perigosos, que são retratados juntos como pessoas que privam (ou tentam privar) o povo soberano de seus direitos, valores, prosperidade, identidade e voz” (2008, p. 14).

Uma possível lacuna dessa interpretação é que as várias formas de populismo não exibem uma visão consistente e abrangente de um dado contexto político. Pelo contrário, os adeptos da tipologia discursiva poderiam alegar que o populismo é moldado e remoldado por ferramentas retóricas e ideológicas, baseado em distinção maniqueísta do *povo* e da(s) *elite(s)*. Assim, esse tema é mais flexível *vis-à-vis* a outras ideologias mais estruturadas.

Canovan sublinha que “pode-se alegar que exista algo como uma ideologia populista. No entanto, tentativas de definir o populismo como uma ideologia falharam, pois, em outro contexto, a mobilização antielitista em questão pode estar reagindo a um ambiente ideológico coerente” (1999, p. 4). E acrescenta que “os assim chamados ‘populistas’ são encontrados à direita, à esquerda ou ao centro do espectro político, e quase toda generalização sobre eles pode ser derrotada com um contraexemplo” (1984, p. 2). Essa crítica só pode ser sustentada se o populismo for analisado como quaisquer outras ideologias clássicas.

Todavia, ideologias podem ser tanto *nucleares* quanto *rasas*. Ideologias rasas apresentam inabilidade estrutural para oferecer uma complexa gama de argumentos porque diversas cadeias de ideias estão simplesmente ausentes. Consequentemente, uma ideologia rasa está limitada quanto a ambições ideacionais e escopo (FREEDEN, 1998, p. 750). Essa pouca profundidade pode ser equiparada a um princípio transversal que influencia o modo como são enquadradas outras questões que não são os argumentos

nucleares da ideologia rasa. Freedden identificou essa característica na ideologia nacionalista, mas Mudde (2004) aplicou a mesma interpretação ao populismo. Mais recentemente, Freedden contestou esse entendimento. Em sua visão, o populismo “não falha apenas em abrangência, mas também em especificidade contrastante quanto àquilo que oferece. Vagueza e indeterminação podem ser bens captadores de votos, mas o resultado é, na melhor das hipóteses, uma ideologia fantasma” (FREEDDEN, 2017, p. 10). Assim, ele não pode ser considerado uma ideologia, a não ser que se refira a correntes contrastantes: “(1) quando serve como um marco conveniente que abarca demandas populares radicais que clamam por legitimação, e (2) quando é utilizado para denunciar tipos de xenofobia da direita” (FREEDDEN, 2017, p. 11). Apesar de o populismo ser mais indeterminado quanto “ao que oferece” do que outras ideologias rasas, populistas, na interpretação aqui adotada, podem articular programas políticos, amparando-se nos conceitos eminentemente ideológicos do antielitismo e da crítica à democracia representativa. Freedden parece subestimar que o uso do referendo, por exemplo, é bom exemplo de instrumento de definição de políticas que é crucial para a política representativa. Mesmo que o conteúdo do referendo possa variar (de acordo com as ideologias nucleares incorporadas por populistas), a estrutura crucial tanto das formas de intermediação política quanto dos representantes da intermediação é um traço ideológico particular.

Assim, a presença de uma ideologia populista em um contexto político distinto e em diferentes atores políticos (partidos, movimentos e líderes) é coerente com a definição vaga de ideologia apresentada aqui. Consequentemente, uma definição mais adequada de populismo seria:

[...] uma ideologia rasa que considera que a sociedade está dividida, finalmente, em dois grupos homogêneos e antagônicos, ‘o povo puro’ versus ‘a elite corrupta’, e que sustenta que a política deve ser uma expressão da *volonté générale* (vontade geral) do povo (MUDDE, 2004, p. 543. Grifos do autor).

A principal armadilha dessa definição é a díade *puro/corrupto*. Certamente, é possível que haja forte posição anticorrupção na maioria dos partidos populistas, mas isso não significa necessariamente que o antagonismo proposto por populistas seja entre o povo e a elite *corrupta*.

A mesma inferência pode-se fazer do adjetivo *puro*. Uma valoração positiva das comunidades de interesse é *conditio sine qua non* durante campanhas eleitorais de qualquer tipo. Um contra-argumento poderia ser que essa pureza se refere a algo ou alguém não contaminado por substâncias desnecessárias ou *não puras*; como consequência, o *povo puro* não se mistura com as elites. O *povo* a quem os populistas se dirigem, no entanto, é o mesmo que pode ter votado anteriormente em partido *pró-elite* ou que pode estar contaminado por partidos conduzidos pela elite. A pureza do *povo*, se e quando evocada por populistas, parece instrumento retórico usado claramente para distinguir *nós* e *outros*, de modo a degradar as minorias. *Pureza*, em conclusão, pode se referir a outras ideologias rasas (e.g. nacionalismo) e pode se considerar que está um passo à frente no que se refere a uma definição mínima.

3. Classificação de atributos

As definições mínimas fornecidas até aqui se mostraram apenas parcialmente satisfatórias para a reconstrução do conceito de populismo. Portanto, deve-se focar na classificação de traços que lhe são atribuídos pela literatura. Começando por aqueles que foram identificados nas definições mínimas acima e adicionando outros possíveis, serão listadas 10 características que têm sido consideradas necessárias ao populismo em diferentes graus. Dentre 12 características normalmente associadas ao tema, Rooduijn extrai quatro mínimas: (1) ênfase na posição central do povo; (2) crítica à elite; (3) concepção do povo como uma entidade homogênea e (4) convicção de que se vive em um período de séria crise (2014, p. 573). Semelhantemente, Taggart (2000, p. 2) identifica 6 características populistas cruciais: (a) hostilidade à política representativa; (b) idealização de uma “terra amada”; (c) ausência de valores nucleares; (d) reação à crise; (e) existência de dilemas fundamentais que tornam o populismo autolimitador; e (f) fenômeno dependente de contexto. De acordo com Taguieff, o tipo ideal de populismo nacionalista (o *National Front*, na França) compreende 5 características: (I) o apelo pessoal ao povo; (II) o apelo ao povo não pertencente a uma classe; (III) o apelo direto ao povo autêntico, são, simples e honesto; (IV) o apelo por purificação ou por ruptura redentora e (V) a discriminação entre indivíduos em termos de origem étnica ou de características culturais (1995, p. 27-32). Combinando os três conjuntos de características, é plausível identificar 10 características básicas: (1) populismo como uma ideologia sem valor nuclear; (2) antielitismo; (3) hostilidade à política

representativa; (4) mobilização contra o *statu quo* político (ruptura); (5) apelo pessoal ao povo; (6) homogeneidade do povo; (7) discriminação étnica e cultural; (8) idealização de uma “terra amada”; (9) senso de crise visível; (10) fenômeno dependente de contexto e autolimitador.

Como explicado anteriormente, entre as diferentes interpretações teóricas de populismo, a relativa à ideologia prova-se a mais robusta. Contudo, essa base teórica não pode ser definida como uma característica básica do populismo; mais propriamente, trata-se de uma suposição segundo a qual a reconstrução do conceito pode ser frutiferamente conduzida. Como será explicado nos parágrafos seguintes, os atributos necessários são identificados no antielitismo e na correspondente oposição entre a elite e o povo (atributo 2) e na crítica à política representativa (atributo 3).

Na sequência, o foco será nas demais características e na explicação do porquê elas devem ser excluídas da definição mínima. Nas seções anteriores, foram discutidos os atributos da mobilização política (4) e da necessidade de uma liderança forte ou carismática. Parece existir consenso entre os pesquisadores quanto à distinção essencial entre o povo *homogêneo* e os *outros*. Não se contesta a centralidade do povo na ideologia populista; contudo, defende-se que o conceito de povo *homogêneo* é normativamente tendencioso, na medida em que está relacionado a uma concepção distinta de povo que é típica de partidos de extrema direita. A não ser que a definição mínima de populismo se refira apenas a essa família partidária, o atributo da homogeneidade deve ser deixado de lado, ou, pelo menos, considerado característica lateral de uma das diferentes formas de populismo, o populismo *excludente*.

Quanto ao atributo (6), a homogeneidade do povo, Meny e Surel (2000) descrevem três usos do termo povo: povo-soberano, povo-classe e povo-nação. Nenhum deles pode ser classificado como específico do populismo, já que todos correspondem a outras ideologias (nacionalismo, socialismo), ou pelo menos ao modo como a constituição do estado evoluiu na história. Como explicado por Mudde e Kaltwasser (2013), o populismo é tanto “excludente” quando “inclusivo”, dependendo da ideologia nuclear na qual se ampara. Na visão de tais autores, populistas compartilham “o modo como atores populistas definem quem pertence ao ‘povo’ vis-à-vis ‘a elite’”, mas, por outro lado, “as características ideológicas que estão vinculadas à particular ideologia dos atores” (MUDDE, KALTWASSER, 2013, p. 148) abrangem desde a extrema esquerda até a extrema direita.

Paradoxalmente, outras ideologias nucleares são indispensáveis para definir quem é o povo; assim, um *povo-populista* não pode existir em si mesmo. Por essa razão, construir uma definição comum de populismo baseada em uma definição estável do conceito de povo (cfr. Meny e Surel, 2000) parece impraticável. Soberania, classe e nação compreendem diferentes *nós* e, principalmente, muitos diferentes *outros*. Esses três conceitos podem ser atributos complementares úteis para o populismo, mas a sua inserção em uma definição mínima é abertamente discriminatória. De fato, o populista se refere ao *povo* ou à *maioria do povo*, mas esse apelo destina-se claramente a fazer distinção entre a(s) elite(s) e os não elitistas, em vez de proclamar a homogeneidade ou a pureza do povo.

Passando aos atributos (7) e (8), quando os populistas se referem (7) à pureza de um grupo particular e ao seu glorioso passado (local, nacional ou de base classista), eles adotam outras ideologias relevantes para justificar a exclusão desses *outros* (nacionalismo, federalismo ou regionalismo, socialismo, mas também o liberalismo, quando enquadrado como a distinção entre valores liberais e grupos não democráticos). Qualquer que seja (8) o enquadramento da terra amada, a discriminação entre o que está dentro ou fora do grupo depende do núcleo da ideologia adotada por quem está dentro do grupo. Embora possa haver uma correlação entre populismo e “crise” (Kriesi e Pappas, 2015), (9) o senso de “crise” que os populistas têm em qualquer contexto político deve ser considerado mais como um instrumento retórico usado também por outros partidos não populistas do que uma pré-condição para que o populismo emergja.

O atributo (10) – fenômeno autolimitador e dependente de contexto – também é desnecessário para o âmbito de uma definição mínima, cujo objetivo é alargar a extensão do fenômeno, definindo limites precisos para evitar a extensão demasiada do conceito. Pelo contrário, a dependência do contexto torna essa definição analiticamente inútil, na medida em que poderia ser problemático encontrar hábitos populistas comuns e recorrentes. A interpretação do fenômeno como autolimitador baseia-se na suposição de que partidos populistas, movimentos ou líderes não podem ser institucionalizados como resultado de seu confronto com a complexidade do processo de tomada de decisão dentro de instituições representativas. Focando na família de partidos de direita radical, quer seja visto o populismo como “normalidade patológica” (MUDDE, 2010), quer seja visto como uma patologia normal (BETZ, 1994), a estabilidade (eleitoral) dos partidos populistas de direita tem sido amplamente reconhecida na literatura (IVARSFLATEN, 2008; MUDDE, 2013 e ROODUIJN, 2015), não apenas por causa da crescente

importância eleitoral dos partidos rotulados como “populistas”, como também em razão da sua participação ativa no governo de coalizão (AKKERMAN, 2012; AKKERMAN; DE LANGE, 2012).

4. Rumo a uma definição mínima

Tendo em mente as considerações acima, populismo é definido como uma ideologia rasa cujo núcleo é representado por duas características necessárias: (a) mentalidade antielite(s), e (b) crítica à política representativa. Foi elucidada nas linhas anteriores a escolha quanto à ideologia rasa. Comentários adicionais são exigidos quanto às referidas características (a) e (b).

A atitude antissistema é propositadamente deixada de fora do ponto (a) porque uma postura antissistema não pode ser equiparada a antielitismo. Apesar de populistas poderem nunca se considerar como parte do sistema político, quando (e se) ultrapassam o processo de institucionalização em um dado sistema político, tornam-se parte dele. Tendo em vista a referida resiliência dos partidos chamados populistas na Europa, é previsível que se tornem parte do sistema no médio prazo. Tratá-los como parte não é contradizer o discurso antielite; o antielitismo tem um significado mais amplo e se refere ao antagonismo em relação às *mais poderosas* elites econômicas, políticas e culturais nacionais ou supranacionais, que decidem o destino do povo. Princípios pouco idealistas podem consistentemente permanecer estáveis ao longo do tempo em movimentos/partidos populistas.

Uma atitude antielite(s) é uma condição necessária, porém insuficiente para descortinar completamente a ideologia populista; por outro lado, o antielitismo deve ser considerado sinônimo de populismo em violação ao princípio da antissinonímia delineado por Sartori nas regras 3a e 3b (2009, p. 114).

Na verdade, uma definição mais exaustiva de populismo deve prever outro atributo: a crítica à política representativa. Prefere-se o termo *crítica a hostilidade*, pois aquele tem significado mais amplo, que compreende tanto a hostilidade em relação à representação política *per se* quanto uma postura contrária à forma como a representação política é organizada em determinado momento, sem defender a sua substituição *tout court*. A mentalidade antielite(s) está relacionada a um discurso político cuja aspiração é substituir a “minoria” dominante (a elite que pode pertencer a diferentes áreas, desde a economia até a política, desde o Poder Judiciário até a área

cultural e a imprensa). Essa definição é neutra quanto ao “quem” (i.e.), os agentes políticos que incorporam o populismo às suas próprias ideologias. Mesmo que isso possa parecer paradoxal, o antielitismo não está fechado a forasteiros elitistas, especialmente quando está relacionado à crítica a uma determinada elite, da qual os forasteiros estão excluídos. Por exemplo, isso explica por que magnatas ou outros membros de uma classe “privilegiada” podem conduzir uma ideologia populista consistente. Antielitismo, nesse caso, não pode ser encarado como sinônimo de antipluralismo. Nem todos os populistas são antipluralistas *em si mesmos*. Apesar de populistas poderem ser antipluralistas (MÜLLER, 2016; PAPPAS, 2015, 2016) e rejeitarem o conceito de pluralismo político e de representatividade política, ambos os conceitos são ontologicamente diferentes e não há automatismo entre eles.

A crítica à representação política pode assumir diversas formas. Por um lado, pode se dirigir contra a clássica divisão horizontal entre esquerda e direita (BOBBIO, 1994). Populistas contestam o clássico eixo horizontal da divisão política (esquerda e direita), focando, ao contrário, no eixo vertical, que faz divisão entre os poucos *poderosos* e o povo. Embora partidos que incorporam uma ideologia populista possam ser enquadrados no espectro da direita ou da esquerda, o populismo *em si* é neutro quanto a essa distinção. A esse respeito, outras ideologias nucleares podem justificar a inserção de um partido no espectro da direita ou da esquerda: comunismo para partidos de extrema esquerda, social-democracia para partidos de centro-esquerda, liberalismo para partidos de centro, conservadorismo para partidos de centro-direita etc. Em sua obra comparativa sobre o populismo, Pappas conclui que não há um único eleitorado populista, seja em um país específico, seja ao redor do mundo;

[...] indivíduos pertencentes ao setor informal da economia em países como Peru ou Venezuela podem ser atraídos por líderes populistas de modo semelhante a trabalhadores industriais franceses, agricultores gregos ou holandeses de classe média alta (PAPPAS, 2012, p. 15).

Ademais, populistas rejeitam uma profissionalização weberiana da política. Embora seja frequentemente indeterminado, um dos mais frequentes problemas do discurso populista é a transformação radical tanto da classe política quanto, particularmente, da burocracia partidária, a chamada organização central do partido.

A crítica ao elitismo tanto na política quanto na representação política, que é crucial para que o populismo se torne uma ideologia rasa, tem um viés de defesa da participação do povo do processo de tomada de decisão. Aqui, participação implica (as promessas de) envolvimento da tomada de decisão tanto em nível governamental quanto

no âmbito dos partidos ou movimentos por meio do instrumento do referendo, retratado por populistas como a principal ferramenta que o povo detém para decidir o seu destino sem a influência da elite. No entanto, referendos não são um instrumento populista *per se*, como demonstra a experiência de referendos na Suíça. Mesmo assim, quando um partido ou movimento defende um referendo, somando à sua campanha um discurso antielitista e uma manifesta crítica à representação política, é possível argumentar que esse partido ou movimento incorporou a ideologia rasa populista.

Essa definição contempla algumas implicações relevantes. Em primeiro lugar, ela é não normativa, na medida em que faltam juízos quanto à ameaça populista à democracia (ROSANVALLION, 2008) ou ao seu problemático relacionamento com a democracia representativa (TAGGART, 2004; URBINATI, 2013; 2014). Em segundo lugar, embora seja possível detectar uma correlação positiva entre a presença de um agente político “mediatizado” (MAZZOLENI; SCHUTZ, 1999; MAZZONELI, 2003) e o populismo, não se trata de uma condição necessária *em si mesma*. Uma liderança forte pode ser um fator facilitador para transmitir uma ideologia populista; no entanto, a presença de partidos populistas sem líderes não pode ser excluída a princípio. Em terceiro lugar, e discordando de Freedon (2017), a definição destaca a importância do conceito de ideologia rasa. O populismo pode ser encontrado em partidos, movimentos ou líderes com diferentes ideologias nucleares: partidos de direita (confira-se, entre uma vasta literatura, TAGGART, 1995; MUDDE, 2007), partidos de esquerda (STARAKIS; KATSAMBEKIS, 2014; WEYLAND, 2013; ROODUJIN; AKKERMAN, 2015) e até mesmo liberais e verdes (ZASLOVE, 2008; MÜLLER-ROMMEL, 1998).

Finalmente, essa definição tenta equilibrar a profundidade e a amplitude do populismo. Seguindo a literatura sobre formação de conceitos, o foco se deu primariamente nos atributos necessários ao populismo, deixando de lado as características secundárias. O resultado desse processo combina dois atributos – antielitismo e crítica à política representativa – que representam o núcleo do populismo. Nem o antielitismo em si nem a crítica à política representativa, considerados separadamente, podem ser considerados como populistas – seria uma quebra da regra sartoriana acerca da sinonímia. Na verdade, a combinação de ambos os aspectos é quase como uma tentativa de organizar informação sobre o mundo político por meio da peculiar distinção de dois grupos, isto é, a elite e os representantes políticos, por um lado, e o que os populistas definem como o *povo*, por outro.

5. Conclusão

Neste artigo, o foco se deu primeiramente nas definições do populismo fornecidas pela literatura. Foram identificadas cinco categorias principais que abordam o fenômeno populista de cinco modos diferentes: (1) o populismo como não liberalismo político, (2) o populismo como instrumento de mobilização política; (3) o populismo como movimento liderado, (4) o populismo como instrumento discursivo/retórico e (5) o populismo como ideologia; e discutiu-se tanto os pontos positivos quanto as possíveis armadilhas dessas abordagens. Combinando essa revisão a outros atributos mínimos do populismo identificados pela literatura, uma definição mínima foi desenvolvida, buscando equilibrar a conveniência de uma extensão adequada que cubra a ampla gama de fenômenos políticos e a necessidade de definir limites precisos entre o polo positivo (o que o populismo é) e o polo negativo (o que o populismo não é). Seguindo a abordagem ideológica, o populismo foi definido com uma ideologia rasa que incorpora dois atributos necessários: o antielitismo e a crítica à representação política. Finalmente, foram destacadas algumas implicações relevantes, tais como a natureza não normativa do populismo, a sua vinculação a outras ideologias nucleares ou rasas e o equilíbrio entre a amplitude e a profundidade do conceito.

Outras pesquisas são necessárias para que se otimize e se operacionalize a definição de populismo; ademais, a literatura também se beneficiará de outras análises acerca da adequação de adjetivos que são atribuídos unicamente a populistas, tais como “populista-midiático”, “telepopulista” ou “populismo vago” etc.

Referências

ABEDI, Amir; LUNDBERG, Thomas L. Doomed to Failure? UKIP and the organisational challenges facing right-wing populist anti-political establishment parties. *Parliamentary Affairs*, v. 62, n. 1, p. 72-87, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/pa/gsn036>>.

AKKERMAN, Tjitske. Comparing radical right parties in government: immigration and integration policies in nine countries (1996–2010). *West European Politics*, v. 53, n. 3, p. 511-529, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/01402382.2012.665738>>.

AKKERMAN, Tjitske; DE LANGE, Sarah L. Radical right parties in office: incumbency records and the electoral cost of governing. *Government and Opposition*, v. 47, n. 4, p. 574-596, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2012.01375.x>>.

AKKERMAN, Tjitske; MUDDE, Cas; ZASLOVE, Andrej. How populist are the people?: measuring populist attitudes in voters. *Comparative Political Studies*, v. 47, n. 9, p. 1324-1353, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0010414013512600>>.

ALBERTAZZI, Daniele; MCDONNELL, Duncan. Introduction. In: ALBERTAZZI, Daniele; MCDONNELL, Duncan (Eds.). *Twenty-First century populism the spectre of western european democracy*. New York: Palgrave MacMillan, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/9780230592100_1>.

ARDITI, Benjamin. Populism as a spectre of democracy: a response to canovan. *Political Studies*, v. 52, n. 1, p. 135-143, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2004.00468.x>>.

BETZ, Hans-Georg. *Radical right-wing populism in Western Europe*. Basingstoke: Macmillan, 1994. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/978-1-349-23547-6>>.

_____. Exclusionary populism in Austria, Italy, and Switzerland. *International Journal*, v. 56, n. 3, p. 393-420, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/002070200105600302>>.

BETZ, Hans-Georg; JOHNSON, Carol. Against the current. Stemming the tide: the nostalgic ideology of the contemporary radical populist right. *Journal of Political Ideologies*, v. 9, n. 3, p. 311-327, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/1356931042000263546>>.

BETZ, Hans-Georg; IMMERFALL, Stefan (Eds.). *The new politics of the right: neo-populist parties and movements in established democracies*. London: Macmillan, 1998.

CANOVAN, Margaret. *Populism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1981.

_____. People, politicians and populism. *Government and Opposition*, v. 19, n. 3, p. 312-327, 1984. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.1984.tb01048.x>>.

_____. Trust the people! populism and the two faces of democracy. *Political Studies*, v. 47, n. 1, p. 1-16, 1999. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/1467-9248.00184>>.

_____. Taking politics to the people: populism as the ideology of democracy. In: MÉNY, Yves; SUREL, Yves (Eds.). *Democracies and the populist challenge*. London: Palgrave Mcmillian, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/9781403920072_2>.

DE LA TORRE, Carlos. *Populist seduction in Latin America*. 2nd ed. Ohio: Ohio University Press, 2010.

DI TELLA, Torquato S. Populism and reform in Latin America. In: VELIZ, Claudio (Ed.). *Obstacles to change in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1965.

FELLA, Stefano; RUZZA, Carlo. The National alliance and northern league in Italy: rivals in power, enemies in defeat. In: POIRIER, Pascal; DELWIT, Pascal (Eds.). *Identités, politiques, sociétés, espaces: extrême droite et pouvoir en Europe*. Brussels: Université libre de Bruxelles, 2007.

FREEDEN, Michael. Is nationalism a distinct ideology? *Political Studies*, v. 46, n. 4, p. 748-765, 1998. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/1467-9248.00165>>.

_____. After the brexit referendum: revisiting populism as an ideology. *Journal of Political Ideologies*, v. 22, n. 1, p. 1-11, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13569317.2016.1260813>>.

GERMANI, Gino. *Authoritarianism, fascism, and national populism*. New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers, 1978.

GERRING, John. *Social science methodology: a unified framework*. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

GOERTZ, Gary. *Social science concepts*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

HAWKINS, Kirk A. Is chavez populist?: measuring populist discourse in comparative perspective. *Comparative Political Studies*, v. 42, n. 8, p. 1040-1067, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0010414009331721>>.

HEINISCH, Reinhard C. Success in opposition. failure in government: explaining the performance of right-wing populist parties in public office. *West European Politics*, v. 26, n. 3, p. 91-130, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/01402380312331280608>>.

INGLEHART, Ronald. *The silent revolution*. Princeton: Princeton University Press, 1977.

IONESCU, Ghita; GELLNER, Ernest (Eds.). *Populism: its meaning and national characteristics*. New York: Macmillan, 1969.

IVARSFLATEN, Elisabeth. What unites right-wing populists in western europe?: re-examining grievance mobilization models in seven successful cases. *Comparative Political Studies*, v. 41, n. 1, p. 3-23, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0010414006294168>>.

JAGERS, Jan; WALGRAVE, Stefann. Populism as political communication style: an empirical study of political parties' discourse in Belgium. *European Journal of Political Research*, v. 46, n. 3, p. 319-345, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2006.00690.x>>.

JANSEN, Robert S. Populist mobilization: a new theoretical approach to populism. *Sociological Theory*, v. 29, n. 2, p. 75-96, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1467-9558.2011.01388.x>>.

JOST, John T; CHRISTOPHER M, Federico; NAPIER, Jaime L. Political ideology: its structure, functions, and elective affinities. *Annual Review of Psychology*, v. 60, p. 307-337, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1146/annurev.psych.60.110707.163600>>.

KELSEY, Darren. Hero mythology and right-wing populism: a discourse-mythological case study of nigel Farage in the mail online. *Journalism Studies*, v. 17, n. 8, p. 1-19, 2015.

KRIESI, Hanspeter; PAPPAS, Takis S. (Eds.). *European populism in the shadow of the great recession*. Colchester: ECPR Press, 2015.

KROUWEL, Andre; KOEN Abts. Varieties of euroscepticism and populist mobilization: transforming attitudes from mild euroscepticism to harsh eurocynicism. *Acta Politica*, v. 42, n. 2-3, p. 252-270, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1057/palgrave.ap.5500187>>.

LACLAU, Ernesto. *On populist reason*. London: Verso, 2005a.

_____. Populism: what's in a name?. In: PANIZZA, Francisco (Ed.). *Populism and the mirror of democracy*. London: Verso, 2005b.

MASTROPAOLO, Alfio. *La mucca pazza della democrazia: nuove destre, populismo, antipolitica*. Torino: Bollati Boringhieri, 2005.

MAZZOLENI, Gianpietro. The media and the growth of neo-populism in contemporary democracies. In: GIANPIETRO, Mazzoleni; STEWART, Julianne; HORSFIELD, Bruce (Eds.) *The media and neo-populism: a contemporary comparative analysis*. Westport: Praeger Publisher, 2003.

MAZZOLENI, Gianpietro; SCHULZ, Winfred. Mediatization of politics: a challenge for democracy. *Political Communication*, v. 16, n. 3, p. 247-261, 1999. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/105846099198613>>.

MÉNY Yves; SUREL, Yves. *Par le peuple, pour le peuple*. Paris: Libraire Arthème Fayard, 2000.

MINKENBERG, Michael. The radical right in public office: agenda-setting and policy effects. *West European Politics*, v. 24, n. 4, p. 1-12, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/01402380108425462>>.

MOSCA, Lorenzo. The five star movement: exception or vanguard in Europe? *The International Spectator*, v. 49, n. 1, p. 36-52, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/03932729.2013.875821>>.

MUDDE, Cas. The populist zeitgeist. *Government and Opposition*, v. 39, n. 4, p. 542-563, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x>>.

_____. *Populist Radical right parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/CBO9780511492037>>.

_____. The populist radical right: a pathological normalcy. *West European Politics*, v. 33, n. 6, p. 1167-1186, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/01402382.2010.508901>>.

_____. Three decades of populist radical right parties in western europe: so what? *European Journal of Political Research*, v. 52, n. 1, p. 1–19, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2012.02065.x>>.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal R. Exclusionary vs. inclusionary populism: comparing contemporary europe and Latin America. *Government and Opposition*, v. 48, n. 2, p. 147-174, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/gov.2012.11>>.

_____. Populism and political leadership. In: T'HART, Paul; RHODES, Roderick A. W. (Eds.) *The Oxford Handbook of Political Leadership*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

_____. (Eds.). *Populism in Europe and the Americas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

MÜLLER, Jan-Werner. *What is populism?* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.9783/9780812293784>>.

MÜLLER-ROMMEL, Ferdinand. The new challengers: greens and right-wing populist parties in Western Europe. *European Review*, v. 6, n. 2, p. 191-202, 1998. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S1062798700003227>>.

PANIZZA, Francisco. Introduction. In: PANIZZA, Francisco (ed.). *Populism and the mirror of democracy*. London: Verso, 2005.

PAPPAS, Takis S. Populism emergent: a framework for analyzing its contexts, mechanics, and outcomes. *EUI Working Paper RSCAS*, v. 1, 2012.

_____. Modern populism: research advances, conceptual and methodological pitfalls, and the minimal definition. *Oxford Research Encyclopedia of Politics*, 2015. Disponível em: <<http://politics.oxfordre.com/view/10.1093/acrefore/9780190228637.001.0001/acrefore-9780190228637-e-17> [last accessed: 10th of June 2017]>.

_____. Distinguishing liberal democracy's challengers. *Journal of Democracy*, v. 27, n. 4, p. 22-36, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1353/jod.2016.0059>>.

ROBERTS, K. M. Populism, political conflict, and grass-roots organization in Latin America. *Comparative Politics*, v. 38, n. 2, p. 127-148, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/20433986>>.

ROODUIJN, Matthijs. The nucleus of populism: in search of the lowest common denominator. *Government and Opposition*, v. 49, n. 4, p. 573-599, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/gov.2013.30>>.

_____. The rise of the populist radical right in Western Europe. *European View*, v. 14, n. 1), p. 3-11, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s12290-015-0347-5>>.

ROODUIJN, Matthijs; AKKERMAN, Tjitske. Article flank attacks: populism and left-right radicalism in Western Europe. *Party Politics*, v. 21, n. 4, p. 1-12, 2015.

SARTORI, Giovanni. Guidelines for concept analysis. In: COLLIER, David; GERRING, John (Eds.). *Concepts and method in social science: the tradition of Giovanni Sartori*. Oxon: Routledge, 2009.

SCHORI LIANG, Christina. *Europe for the europeans the foreign and security policy of the populist radical right*. Farnham: Asghate Press, 2007.

SCHULTZ, Martin. *Speech to the European Council by Martin Schulz President of the European Parliament*, 19 of March 2015. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2014_2019/documents/d-ru/dv/dru_20150324_02/dru_20150324_02en.pdf [last accessed: 10th of June 2017]>.

SHIELDS, James. *The extreme right in France: From Pétain to Le Pen*. London: Routledge, 2007.

STANLEY, Ben. The thin ideology of populism. *Journal of Political Ideologies*, v. 13, n. 1, p. 95-110, 2008.

STAVRAKAKIS, Yannis; KATSAMBEKIS, Giorgios. Left-wing populism in the european periphery: the case of SYRIZA. *Journal of Political Ideologies*, v. 19, n. 2, p. 119-142, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13569317.2014.909266>>.

TAGGART, Paul. New populist parties in Western Europe. *West European Politics*, v. 18, n. 1, p. 34-51, 1995. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/01402389508425056>>.

_____. *Populism*. Buckingham: Open University Press, 2000.

_____. Populism and representative politics in Contemporary Europe. *Journal of Political Ideologies*, v. 9, n. 3, p. 269-288, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1356931042000263528>.

TAGUIEFF, Pierre-André. Political science confronts populism: from a conceptual mirage to a real problem. *Telos*, v. 103, p. 9-43, 1995. Disponível em: <<https://doi.org/10.3817/0395103009>>.

TRONCONI, Filippo. *Beppe Grillo's five star movement organisation, communication and ideology*. London: Ashgate Press, 2015.

URBINATI, Nadia. The populist phenomenon. *Raisons Politiques*, v. 51, n. 3, p. 137- 154, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.3917/rai.051.0137>>.

_____. *Democracy disfigured: opinion, truth, and the people*. Cambridge, 2014.

HARVARD UNIVERSITY PRESS. Disponível em: <<https://doi.org/10.4159/harvard.9780674726383>>.

VERBEEK, Bertjan; ZASLOVE, Andrej; VITTORI, David. Fours ways for populists to affect foreign policy. Paper presented at the *ECPR General Conference*, Glasgow, 3-6 Sep., 2014.

WEYLAND, Kurt. Clarifying a contested concept: populism in the study of latin american politics. *Comparative Politics*, v. 34, n. 1, p. 1-22, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/422412>>.

_____. Populism and social policy in Latin America. In: DE LA TORRE, Carlos; ARNSON, Cynthia J. (Eds.). *Latin american populism in the twenty-first century*. Baltimore: Johns Hopkins University; Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2013.

WILES, Peter. A syndrome, not a doctrine: some elementary theses on populism. In: IONESCU, Ghita; GELLNER, Ernest (Eds.). *Populism: its meaning and national characteristics*. New York: Macmillan, 1969.

ZAKARIA, Fareed. The rise of illiberal democracy. *Foreign Affairs*, v. 76, n. 6, p. 22-43, 1997. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/20048274>>.

ZASLOVE, Andrej. Here to stay?: populism as a new party type. *European Review*, v. 16, n. 3, p. 319-336, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S1062798708000288>>.